

# SAARA OCIDENTAL: HISTÓRIA, ATUAÇÃO DA ONU E INTERESSES EXTERNOS

José Maria Sydow de Barros<sup>1</sup>

## Introdução

Alguns autores se referem ao Saara Ocidental como a “última colônia” da África. De fato, oficialmente, o território saarauí jamais foi descolonizado; assim, a situação do Saara Ocidental é muito peculiar no contexto das Operações de Paz da ONU, quando comparado com outras missões em curso, e, ainda, é bastante singular no contexto geopolítico, visto que a comunidade internacional diverge a respeito desse território.

Neste contexto, o presente artigo pretende responder a seguinte questão: Quais são as principais razões que permitem que o impasse para a resolução do conflito no Saara Ocidental, que se iniciou na década de 70, perdure até os dias atuais, mesmo com o estabelecimento da MINURSO, em 1991? A hipótese considerada é que o impasse na resolução do conflito no Saara Ocidental perdura até os dias atuais devido a interesses político-econômicos e à ingerência/interesse de importantes atores geopolíticos mundiais, impedindo que a diplomacia intermediada pela ONU, por meio da MINURSO, alcance o sucesso e a solução desejada. Para responder à questão proposta, pretende-se apresentar o histórico do conflito até a implementação da MINURSO, seguido pelo detalhamento daquela missão e, por fim, abordar-se-ão os interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos dos principais atores envolvidos na questão saarauí.

Finalmente, concluir-se-á sobre as principais razões que impedem a solução do conflito no Saara Ocidental. Além disso, será realizada uma consideração a respeito da efetividade da missão da ONU naquele território.

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Porto Alegre, Brasil. E-mail: jmsydow@hotmail.com



Foi nesse cenário que, em 1975, a assinatura do Acordo de Madrid, envolvendo o Marrocos, a Mauritânia e a Espanha, deu início ao conflito que se estende até os dias atuais. De um lado, está o Reino do Marrocos, que ocupa a porção oeste do território, cerca de 85%. Do outro lado, separado por um muro de areia com extensão de mais de 2.500 km e cercado por minas terrestres, conhecido como *The Berm*, o restante do território, sob o controle da *Frente Popular de Liberación de Saguia el Hamra y Río de Oro* (Frente POLI-SARIO)<sup>2</sup>, movimento político-revolucionário, fundado em 1973, que lutava pela independência do povo saaraui da Espanha e, posteriormente, contra a ocupação marroquina.

Neste contexto, por meio da resolução 690, de 29 de abril de 1991, o Conselho de Segurança (CS) autorizou a missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental (MINURSO)<sup>3</sup>, a qual tem como objetivo a organização e condução de um referendo de autodeterminação no território saaraui.

## Origem do impasse no Saara Ocidental

A relação da Espanha com o território do Saara Ocidental existe desde 1497, quando os espanhóis tentavam proteger suas posses nas Ilhas Canárias. Neste contexto, os espanhóis buscaram a população das tribos nativas para escravizá-las como mão-de-obra, visando a exploração dos recursos naturais existentes nas Ilhas Canárias (Menezes, Morais e Carvalho 2018).

Quase três séculos após os primeiros contatos com a população das tribos nativas, em 1884, antecipando-se à realização da Conferência de Berlim, a Espanha enviou uma missão ao território saaraui, visando alegar o *uti possidetis* para tornar a região um protetorado espanhol (Estrada 2016). Desta forma, durante aquela conferência, o protetorado espanhol foi reconhecido e, após sucessivos acordos com a França, ficou estabelecido que a Espanha controlaria as terras situadas abaixo do paralelo 21° 20' N. Neste local, a Espanha estabeleceu três guarnições: La Guera, no Sul, Villa Cisneros, no Centro, e Villa Bens, ao Norte (Daudén e Suzin 2011).

Inicialmente, a ocupação espanhola limitou-se ao litoral de sua colônia. Entretanto, a partir de 1934, dois fatores incentivaram os espanhóis a

2 *Saguia el-Hamra e Rio de Oro* eram os limites extremos que dividiam o território do Saara Espanhol, situados ao Norte e ao Sul, respectivamente.

3 Sigla do francês, *Mission des Nations Unies pour l'organisation d'un referendum au Sahara Occidental*.

buscarem a interiorização do território. O primeiro fator foi um novo acordo, firmado com a França, que exigia medidas espanholas para blindar as fronteiras das colônias pertencentes aos dois países europeus, impedindo o ataque de povos nativos. A fim de atender esta exigência, a Espanha passou a enviar militares espanhóis para a região, com o intuito de vigiar e patrulhar a área. O segundo fator motivador para a interiorização do território foram as especulações sobre a existência de grandes reservas de fosfato na região (Estrada 2014).

Nesse contexto, no início dos anos 1950, surgiu no Marrocos o *Dij Tahrir*, ou Exército de Libertação, que tinha como objetivo a expulsão dos colonizadores europeus. Esse movimento se originou de vários grupos guerrilheiros que haviam crescido após os franceses expulsarem o sultão marroquino Mohammed V. Entretanto, mesmo com a independência marroquina da França, em 1956, o movimento continuou ativo, porém, ambicionava a retirada dos colonizadores europeus de todo o território e a unificação de parte do Magreb, que o Marrocos acreditava ser integrante do “Grande Marrocos” (Menezes, Morais e Carvalho 2018).

A concepção do “Grande Marrocos” tem sua origem em 1950, quando Allal el-Fassi, líder do Istiqlal, um partido de centro-direita da política marroquina, entendeu que o império marroquino se estendia para além de seus limites territoriais, abrangendo, além do Marrocos, todo o Saara Ocidental, a Mauritânia, os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, bem como parte da Argélia e do Mali (Ferreira 2018).

Em 1956, Mohammed V retornou para o recém-independente Marrocos e passou a reivindicar todo o território que acreditava fazer parte do “Grande Marrocos”. Essa reivindicação se iniciou pela província de Ifni, pertencente à Espanha. Assim, em 1957, a Espanha perdeu a guerra contra o Marrocos pela referida província e, como consequência, cedeu a província de Villa Bens ao Marrocos. Desta forma, a partir de então, os domínios espanhóis limitaram-se ao Saara, abaixo do paralelo 27° 40’N, uma área de aproximadamente 260 mil quilômetros quadrados (Daudén e Suzin 2011).

Devido à derrota sofrida para o Marrocos e, ainda, para conter a expansão do Exército de Libertação junto aos saarauis, em 1958, a Espanha alterou o status do Saara Ocidental, que deixou de ser uma colônia espanhola e passou a ser uma província da Espanha, a de número 53, passando a chamar-se Saara Espanhol (Daudén e Suzin 2011). Fruto dessa mudança, iniciou-se um intenso processo de urbanização no então Saara Espanhol, com a aplicação de maciços investimentos, principalmente em infraestrutura. A

capital foi estabelecida em Laayoune e, a fim de levar o desenvolvimento para o interior do deserto, foram construídos 5.494 km de estradas (Estrada 2014).

O início do envolvimento da ONU na questão do Saara Ocidental ocorreu em 1963, quando aquela organização classificou o Saara Espanhol como um dos territórios enquadrados na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. De acordo com esta declaração, o povo saaraui deveria exercer seu direito de escolha e decidir entre: sua independência, tornando-se um Estado soberano; a livre associação à Espanha ou a integração aquele país europeu. Para que qualquer uma das decisões fosse tomada, seria imperativo a realização de um referendo, no qual a própria população decidiria o seu futuro (Menezes, Morais e Carvalho 2018).

A partir deste momento, a ONU começou, por meio de resoluções, a pressionar a Espanha para que procedesse o referendo de autodeterminação. Além da pressão da ONU, o Marrocos e a Mauritânia passaram a reivindicar a realização do referendo no território do Saara Espanhol (Daudén e Suzin 2011).

Enquanto isso, em 10 de maio de 1973, foi criada a Frente POLISARIO, a partir da junção de dois grupos nacionalistas saarauis: os originários de Tan-Tan, formado por uma elite acadêmica saaraui, que estudou no Marrocos, e os saarauis vindos de Zouerat, na Mauritânia. Além destes grupos, juntaram-se à Frente POLISARIO muitos trabalhadores e soldados saarauis do Saara Espanhol<sup>4</sup> (Justo 2013).

A Frente POLISARIO foi criada com um objetivo bastante específico: a independência da Espanha e a formação de um Estado saaraui independente, conforme verifica-se no 1º artigo do Estatuto do movimento:

A Frente POLISARIO é um Movimento de Libertação Nacional, fruto de uma longa resistência saaraui contra todas as formas de dominação estrangeira, na qual os saarauis estão mobilizados voluntariamente, pela luta pela independência nacional e pela recuperação da soberania saaraui na totalidade do território da RASD<sup>5</sup> (Justo 2013).

É importante frisar que o movimento POLISARIO surgiu de uma ideologia socialista e *pan-árabe*, uma vez que teve como modelo de inspiração os movimentos de libertação egípcio, o líbio, e, principalmente, o argelino. Todos esses movimentos despertaram, na população saaraui mais jovem, a

---

4 Tradução nossa.

5 Tradução nossa.

necessidade da conquista de sua independência (Menezes, Morais e Carvalho 2018 *apud* Cobo 2011).

Imediatamente após a sua criação, a Frente POLISARIO declarou guerra contra a Espanha, passando a realizar inúmeras ações de guerrilha contra patrulhas e postos espanhóis, além de implementarem sequestros e sabotagens, que resultaram na morte de oito espanhóis (Menezes, Morais e Carvalho 2018 *apud* Miguel 1995).

Neste contexto, sofrendo com as incursões saarauis, a Espanha mostrou-se bastante vulnerável, visto que, nesta época, passava por um período de grande instabilidade interna, devido ao debilitado estado de saúde de Francisco Franco e, conseqüentemente, a crise do regime franquista (Menezes, Morais e Carvalho 2018). Toda esta instabilidade foi determinante para que a Espanha, em 1974, pressionada pela ONU, decidisse realizar um censo com a população nativa para realizar o referendo de autodeterminação, planejado para ocorrer no primeiro semestre de 1975 (Estrada 2014).

Contudo, este referendo nunca ocorreu. O Marrocos não aceitava que a independência do Saara Espanhol fosse uma das opções de votação, pois acreditava que este território lhe pertencia. Logo, o rei do Marrocos, Hassan II, solicitou à Espanha que o referendo fosse adiado e, paralelamente, uniu-se a Mohtar uld Dadá, então presidente da Mauritânia, para requisitar um parecer junto a Corte Internacional de Justiça (CIJ) a respeito dos laços jurídicos entre o Saara Espanhol, o Marrocos e a Mauritânia (Barata 2012).

Por conseguinte, em outubro de 1975, o parecer da CIJ estabeleceu que nem o Marrocos nem a Mauritânia possuíam o direito de reclamar o território do Saara Ocidental – como passou a ser chamado pela comunidade internacional – ratificando o entendimento de que a Espanha deveria realizar o referendo de autodeterminação, conforme constata-se no seguinte trecho do parecer da CIJ<sup>6</sup>:

[...] Assim, a Corte não encontrou laços de natureza jurídica que pudessem afetar a aplicação da resolução 1514 na descolonização do Saara Ocidental e, em particular, do princípio da autodeterminação mediante a expressão livre e genuína da vontade dos povos do território [...] (ICJ 1975).

Tão logo o parecer da CIJ foi divulgado, o Rei Hassan II fez um pronunciamento nacional convocando os marroquinos a marcharem em direção ao Saara Ocidental, a fim de retomarem as terras espoliadas e libertar a popu-

<sup>6</sup> Tradução nossa.

lação da colonização espanhola (Daudén e Suzin 2011). Desta forma, aproximadamente 350 mil marroquinos, escoltados pelo Exército Real Marroquino e incentivados pelos benefícios oferecidos pelo Reino, como isenções fiscais, por exemplo, ocuparam a região norte do território do Saara Ocidental. Este episódio ficou conhecido como “Marcha Verde” e foi um importante artifício para pressionar a Espanha a negociar (Menezes, Morais e Carvalho 2018).

Dias após a realização da “Marcha Verde”, a Espanha, incapaz de enfrentar uma guerra contra o Marrocos, devido ao colapso do Franquismo, assinou, secretamente, um acordo com o Marrocos e a Mauritânia: o Acordo de Madrid. Neste acordo, a Espanha dividiu a administração do território saarai, ficando uma parte com o Marrocos e outra parte com a Mauritânia; em contrapartida, a Espanha continuaria administrando o restante do território, até 1976, e permaneceria com 35% dos direitos econômicos sobre os recursos do Saara Ocidental (pesca e fosfato) (Menezes, Morais e Carvalho 2018 *apud* Franck e Hoffman 1975-76).

Com a ocupação do território pelo Marrocos e pela Mauritânia, a Frente POLISARIO abriu um combate intenso, utilizando-se de táticas de guerrilha, contra os dois países, dando início à guerra propriamente dita (Estrada 2014). No dia 26 de fevereiro de 1976, a Espanha retirou-se oficialmente do território e, no dia seguinte, a Frente POLISARIO proclamou a República Árabe Saarai Democrática (RASD), criada com o propósito de dar legitimidade internacional e clamar soberania sobre o Saara Ocidental. De acordo com Estrada (2014), “a RASD funciona hoje como uma República *sui generis*, pelo fato de atuar como um Estado-em-exílio que administra a vida dos refugiados no território semiautônomo concedido pela Argélia”.

## Implantação da MINURSO

Em 1979, a Mauritânia decidiu retirar-se do Saara Ocidental, tendo em vista que suas tropas estavam bastante desgastadas, devido à guerrilha implementada pela Frente POLISARIO. Em contrapartida, após a retirada mauritana, o Marrocos estendeu sua ocupação para a parte do território que foi desocupado pela Mauritânia, inflamando o conflito contra a Frente POLISARIO (Menezes, Morais e Carvalho 2018). Entre o final da década de 70 e início de 80, a Frente POLISARIO conquistou uma boa vantagem política e militar, materializadas pelo crescente reconhecimento pela comunidade internacional e pela conquista de importantes áreas territoriais, incluindo localidades significativas (Barata 2012).

No início de 1976, a OUA envolveu-se na questão do Saara Ocidental, tendo em vista que o conflito contrariava os valores inscritos na carta que regia a organização, que buscava fomentar o progresso a partir da cooperação entre os estados africanos. Desta forma, a OUA assumiu a condução do processo de negociação entre as partes. Aproveitando-se do interesse e do envolvimento da OUA na questão, a RASD solicitou sua entrada na organização, sendo reconhecida oficialmente como membro em 1982. Resultante à admissão da RASD, o Marrocos abandonou a organização em 1984<sup>7</sup> (Ferreira 2018).

No campo militar, em resposta às conquistas militares angariadas pela Frente POLISARIO, no período entre 1981 e 1987, o Marrocos construiu um imenso muro de areia e pedra, conhecido como *The Berm*, o qual dividiu o Saara Ocidental em duas zonas: as Zonas Ocupadas, dominadas pelo Marrocos, que se localizam no lado ocidental do muro e ocupam cerca de 85% do território; e as Zonas Liberadas, cerca de 15% do território, controladas pela Frente POLISARIO, localizadas no lado oriental do muro (Duarte 2016).

### Foto 1: The Berm



Fonte: O autor.

Assim, aproveitando o processo já conduzido pela OUA, em 1984, a ONU decide, efetivamente, intervir no andamento das negociações, tomando

---

<sup>7</sup> Em 2017, o Marrocos foi readmitido na União Africana (UA), sucessora da OUA, após receber 39 votos favoráveis de um total de 54 países membros.

o seu comando e estimulando o Marrocos e a Frente POLISARIO para que iniciassem as conversações (Ferreira 2018).

Em 1988, o Marrocos e a Frente POLISARIO concordaram com a proposta da ONU para efetivarem um cessar-fogo e, posteriormente, realizarem o referendo de autodeterminação. Desta forma, o cessar-fogo definitivo foi firmado em 1991, um ano após a aprovação do *Settlement Plan*<sup>8</sup> pelo CS. Ainda neste ano, foi instituída a MINURSO (Estrada 2014).

Desde então, o principal entrave nas negociações se encontra na inexistência de um consenso a respeito da identificação dos eleitores que teriam o direito de votar no referendo de autodeterminação. De um lado, a Frente POLISARIO defende que o eleitorado seja formado de acordo com o censo realizado em 1974; por outro lado, o Marrocos exige a ampliação da lista de eleitores, já que, a partir de 1975, ano em que foi realizada a “Marcha Verde”, houve um aumento de marroquinos no Saara Ocidental, possibilitando maiores chances de êxito no referendo (Estrada 2014).

### ***A atuação da MINURSO no campo diplomático***

A fim de orientar a sequência de ações da MINURSO, visando a realização do referendo de autodeterminação, o *Settlement Plan*, aprovado pelo CS da ONU, estabelecia quatro fases<sup>9</sup>:

Fase 1 - Monitoramento de cessar-fogo. Concentra-se no monitoramento contínuo do cessar-fogo acordado entre as partes em conflito, a fim de criar condições favoráveis para que o processo político de paz avance;

Fase 2 - Fase de transição. Será desencadeada a partir da publicação da lista de pessoas autorizadas a votar e levará à redução e confinamento de forças do Exército Real Marroquino e da Frente POLISARIO;

Fase 3 - Fase do Referendo. Se concentrará no apoio militar necessário para a realização bem sucedida do referendo;

Fase 4 - Fase Pós-Referendo. Corresponderá à diminuição de efetivos e a completa retirada do componente militar do Saara Ocidental, quando as condições permitirem (UN 2015).

---

8 Presente no Relatório do Secretário-Geral da ONU (S/21360, de 18 de junho de 1990), previa as ações a serem implementadas para a efetiva realização do referendo de autodeterminação do povo saaraui.

9 Tradução nossa.

Neste contexto, alinhado com o planejamento previsto no *Settlement Plan*, originalmente, o mandato da MINURSO, em síntese, estipulava as seguintes ações a serem desencadeadas<sup>10</sup>:

- a. monitorar o cessar-fogo;
- b. verificar a redução de tropas marroquinas no território;
- c. monitorar o confinamento das tropas marroquinas e da Frente POLISARIO em locais designados;
- d. tomar medidas com as partes para garantir a libertação de todos os prisioneiros ou detidos políticos do Saara Ocidental;
- e. supervisionar o intercâmbio de prisioneiros de guerra;
- f. implementar um programa de repatriação de refugiados do Saara Ocidental;
- g. identificar e registrar eleitores qualificados;
- h. organizar e garantir um referendo livre e justo e proclamar os resultados (UN 2015).

Importante salientar que, de acordo com as premissas do *Settlement Plan*, o referendo de autodeterminação deveria ter ocorrido no ano seguinte à implantação da MINURSO, ou seja, em 1992. Contudo, devido à falta de consenso a respeito da composição do eleitorado, o mesmo não foi realizado (Duarte 2016).

Desta forma, em meados de 1996, a MINURSO atravessava um período bastante crítico, com todos os centros de identificação de eleitores fechados. Logo, na tentativa de avançar o processo de negociação, o Secretário-Geral da ONU nomeou o norte-americano James Baker<sup>11</sup> para intermediar as negociações. Assim, em 1997, pela primeira vez durante todo o processo de paz, o Marrocos e a Frente POLISARIO comprometeram-se, mutuamente, em um acordo que ficou conhecido como *Houston Agreement*, o qual previa a realização de um referendo de autodeterminação, em 1998 (Ferreira 2018).

Contudo, o *Houston Agreement* fracassou. Após a MINURSO proceder a reabertura dos centros de identificação para, finalmente, apurar quem tinha, ou não, o direito de votar no referendo, a postura do Marrocos, que buscava “inundar” os centros de identificação com novos nomes, a fim de garantir um

---

<sup>10</sup> Tradução nossa.

<sup>11</sup> Político e diplomata norte-americano que foi Secretário de Estado dos Estados Unidos, no período de 1989 e 1992, quando atuou na política externa estadunidense em relação ao Oriente Médio, especialmente durante a Guerra do Golfo Pérsico (Ferreira 2018).

maior número de eleitores favoráveis, acabou por determinar o fracasso do acordo, impossibilitando a realização do referendo em 1998 (Ferreira 2018).

Ainda confiante em uma solução para o impasse no Saara Ocidental, em 2001, James Baker apresentou um novo plano, conhecido como Plano Baker I, que propunha certa autonomia ao Saara Ocidental, reconhecendo a integração ao Marrocos. O plano foi imediatamente aceito pelos marroquinos, mas, recusado pela Frente POLISARIO. Deste modo, a proposta foi redefinida e, em 2003, foi divulgado o Plano Baker II, que sugeria um período de três anos no qual o território seria administrado por um governo eleito pela população saarai e, após esse período provisório, seria realizado um referendo, estabelecendo como eleitores todos os residentes na região desde 1999, para que a população decidisse entre independência, integração ou autonomia. A Frente POLISARIO aceitou as definições do Plano Baker II, porém, surpreendentemente, o Marrocos rejeitou. Mesmo que a proposta definisse como eleitores todos os residentes na região desde 1999, como pleiteavam os marroquinos, o Marrocos afirmou que não concordaria com nenhuma proposta que viabilizasse a independência do Saara Ocidental (Duarte 2016).

As negociações continuaram sem avançar e, em 2007, o Marrocos apresentou sua proposta para o Saara Ocidental, o *Saharan Autonomous Region*, a qual se baseava na concessão da autonomia saarai, porém, inserida num quadro de soberania marroquina. Por outro lado, na mesma época, a Frente POLISARIO apresentou sua própria proposta, alicerçada em seu desejo de autodeterminação e independência (Estrada 2014).

Desde então, verifica-se que as resoluções do Conselho de Segurança sobre a questão do Saara Ocidental parecem ser fruto de uma discussão superficial sobre o tema, indicando que o impasse tem sido tratado de modo a, simplesmente, “cumprir a pauta”, limitando-se à renovação, anual, do mandato da MINURSO, sem que tenha sido proposta qualquer medida ou ação concreta que viabilizasse a solução da questão.

### ***O componente militar da MINURSO***

Enquanto as negociações, no campo diplomático, são marcadas por inúmeras discordâncias e desentendimentos, o componente militar da MINURSO tem como objetivos o monitoramento e a assistência às partes em conflito no cumprimento das disposições do cessar-fogo, de acordo com o *Settlement Plan* e com os *Military Agreements n° 1, n° 2 e n° 312* (UN 2015, 26).

---

12 Tradução nossa.

Para isso, o mapa abaixo apresenta o desdobramento da MINURSO no território do Saara Ocidental.

## Mapa 2: Desdobramento da MINURSO



Fonte: UN (2015).

Conforme observa-se no mapa acima, o componente militar da missão se encontra desdobrado em Laayoune, onde está localizado o Quartel-General da MINURSO (MHQ) e a Unidade Médica da missão, e em 09 (nove) *Team Sites*<sup>13</sup>, sendo 04 (quatro) localizados a Oeste da *Berm* - Awsard, Oum Dreyga, Smara e Mahbas - em território controlado pelo Marrocos, e outros 05 (cinco) localizados a Leste da *Berm*, na região controlada pela Frente POLISARIO: Agwanit, Mijek, Mehaires, Tifariti e Bir Lahlou.

<sup>13</sup> *Team Site* é a terminologia em inglês para a base ou estação de trabalho dos Observadores Militares da ONU. No caso específico da MINURSO, os observadores militares moram e trabalham nos *team sites*.

## Foto 2: Team Site Mehaires



Fonte: O autor.

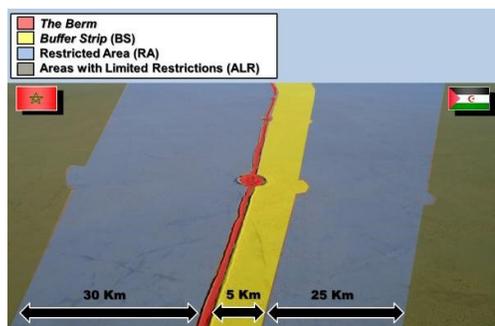
O *Military Agreement n° 1 (MA n° 1)* é um acordo firmado entre a Frente POLISARIO e a MINURSO, em dezembro de 1997, e entre a MINURSO e o Exército Real Marroquino, em janeiro de 1998. Nota-se que não se refere a um acordo militar entre as partes em conflito e, sim, um acordo firmado pelas partes com a MINURSO. O acordo estabelece diretrizes e procedimentos que devem ser obedecidos por ambas as partes, no contexto do cessar-fogo, com o objetivo de evitar qualquer tipo de hostilidade. Desta forma, no campo militar, é um documento vital para o trabalho diário da MINURSO, realizado pelos Observadores Militares, uma vez que define as ações caracterizadas como “violações”, não apenas do acordo, mas também violações contrárias ao espírito do processo de paz<sup>14</sup> (UN 2015, 26).

Assim, o *MA n° 1* estabelece, ainda, importantes definições geográficas no território do Saara Ocidental, dividindo-o em três áreas distintas, tomando-se como referência a *Berm: Buffer Strip, Restricted Area* e *Areas with Limited Restrictions*. Além disso, descreve quais atividades, militares ou não, podem ser desencadeadas em cada uma das zonas geográficas, além de estabelecer os procedimentos necessários com vistas à obtenção de autorização da MINURSO para conduzi-las<sup>15</sup> (UN 2015, 26).

<sup>14</sup> Tradução nossa.

<sup>15</sup> Tradução nossa.

### Figura 1: Definições geográficas estabelecidas no MA nº 1



Fonte: O autor.

Por outro lado, em abril de 1999, a MINURSO e a frente POLISARIO firmaram o *Military Agreement nº 2*; enquanto o *Military Agreement nº 3* foi firmado em março de 1999, entre a MINURSO e o Exército Real Marroquino. Embora assinados separadamente com cada uma das partes, os acordos são essencialmente os mesmos, referindo-se aos procedimentos para a redução da ameaça causada pela existência de minas e engenhos falhados, por meio do intercâmbio de informações das partes com a MINURSO, objetivando a marcação e destruição de todos os artefatos encontrados<sup>16</sup> (UN 2015, 27).

Desta forma, a fim de cumprir os objetivos de realizar o monitoramento e a assistência às partes em conflito no cumprimento das disposições do cessar-fogo, os Observadores Militares executam inúmeras ações em campo, com o intuito de monitor as atividades do Exército Real Marroquino e da Frente POLISARIO, entre as quais se destacam: a execução de patrulhas diurnas e noturnas por toda a área de operações, frequentes visitas às unidades militares das partes em conflito para verificar as alterações na Ordem de Batalha<sup>17</sup>, o acompanhamento na realização de treinamentos e exercícios militares das partes e a condução de reuniões de ligação, mensais, com as lideranças militares marroquinas e saarauis, em suas respectivas áreas de operações.

<sup>16</sup> Tradução nossa.

<sup>17</sup> Informações sobre pessoal, unidades e equipamentos de uma força, amiga ou inimiga, incluindo, se possível, efetivo, identificação, localização, estrutura de comando, históricos e outros dados relativos a unidades e personalidades militares (EME 2018).

## Interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos

Ao longo dos mais de 40 anos de conflito, verifica-se que a geopolítica possui um viés bastante elucidativo para os impasses que envolvem a auto-determinação do Saara Ocidental, especialmente quando se analisa, desde o domínio espanhol, o envolvimento de importantes atores internacionais na questão saarai. Além da questão territorial, materializada pela ambição marroquina na formação do “Grande Marrocos”, existem diversos interesses econômicos que justificam a insistência do Marrocos em ocupar o Saara Ocidental. Embora o território saarai se caracterize como um típico ambiente desértico, a região possui inúmeras riquezas naturais, as quais evidenciam, tanto a ambição marroquina, quanto os interesses de Estados e empresas, privadas ou estatais, contribuindo para a irresolução do conflito.

Neste contexto, a fim de viabilizar o comércio de recursos oriundos do Saara Ocidental, o Marrocos emite um certificado de origem atestando que todos os produtos são provenientes do território marroquino. Desta forma, o país consegue lucrar com a exploração de recursos saarauis sem inflamar a opinião pública internacional, visto que muitos países legitimam a RASD<sup>18</sup> (Hagen 2008).

Inicialmente, destaca-se que a costa saarai é muito próspera para a prática da atividade pesqueira, pois abriga o banco pesqueiro canário-saariano, considerado um dos maiores e mais ricos do planeta, estendendo-se por 150.000 Km<sup>2</sup> na frente do litoral saarai (López 2012). Segundo Ferreira (2018) *apud* Zoubir (2006), “o Saara Ocidental possui 700 Km de costa atlântica com importância estratégica. Ademais, o território retém uma das águas mais ricas para pesca do mundo, que hoje são exploradas ilegalmente pelo Marrocos e membros da UE”.

Em 2007, a União Europeia (UE) celebrou o Acordo de Parceria no domínio da Pesca Sustentável com o Reino do Marrocos. O acordo perdurou até 2011 e, durante esse período, os marroquinos receberam aproximadamente 36 milhões de euros por ano para autorizar a pesca de navios ligados à UE nas águas da costa do Saara Ocidental (Ferreira 2018). Embora o Parlamento Europeu, recentemente, tenha apresentado ressalvas para a continuidade na renovação do acordo, no início de 2019, o Conselho da UE aprovou o novo tratado, aplicável por quatro anos, que fixa uma contrapartida financeira global de 208 milhões de euros para o Marrocos. Mesmo que o Conselho da UE afirme que “nada no Acordo de Pesca ou no seu protocolo de execução implica o reconhecimento da soberania ou dos direitos de sobe-

<sup>18</sup> Tradução nossa.

rania do Reino de Marrocos sobre o Saara Ocidental e as águas adjacentes”, na prática, verifica-se que a aprovação do acordo apenas ratifica o impasse sobre o território saaraui, favorecendo o domínio marroquino (UE 2019).

Outro importante recurso natural existente no Saara Ocidental é o fosfato, que já despertava o interesse econômico desde 1960, quando foram descobertas as reservas de fosfato em Bou Craa, iniciando-se a exploração econômica por parte da Espanha, a qual, em 1976, por ocasião da assinatura do Acordo de Madrid, recebeu, como contrapartida, 35% dos direitos econômicos provenientes da sua exploração (Barata 2012). Em que pese o fosfato não ser um bem muito valioso, ainda é extremamente importante e tem uma utilidade bastante abrangente, destacando-se sua aplicação na produção de fertilizantes agrícolas. Neste ínterim, segundo dados do *United States Geological Survey* (USGS), apenas três países concentram 75% de todas as reservas mundiais de fosfato, sendo que 42,3% se encontram no Marrocos (incluindo as reservas existentes no Saara Ocidental), que dispõe de 21.000 bilhões de toneladas, a China, em segundo lugar, possui 26% e os Estados Unidos, 7% (Souza e Cardoso 2008). Nota-se que esses números, matematicamente, já são bastante expressivos; contudo, relacionando-os com a projeção de que, até o ano de 2034/ 2035 se atinja o pico da produção mundial de fosfato, a qual passará a decrescer a partir de então, as reservas de fosfato existentes no Saara Ocidental crescem de importância do ponto de vista econômico e estratégico (Ferreira 2018).

Neste cenário, é pertinente destacar que o Saara Ocidental possui o maior sistema de passadeira rolante de transporte do mundo, com mais de 100 Km de extensão, ligando as minas de Bou Craa até o porto de Laayoune. Desta forma, o Marrocos controla e lucra com este sistema, uma vez que todo o fosfato extraído é rapidamente, e com facilidade, escoado até o porto e embarcado nos navios para exportação (Ferreira 2018). Assim, a exploração mineral nesta região recebe maciços investimentos estrangeiros, alocados nas empresas estatais marroquinas, que dominam a maior parte da exploração, mantendo parcerias com diversos atores privados ao redor do mundo, principalmente com os EUA e a Europa (Menezes, Morais e Carvalho 2018).

Além da pesca e do fosfato, especula-se que tanto o interior do território quanto a plataforma continental saaraui podem abrigar importantes reservas de petróleo e gás natural. Assim, existem empresas estrangeiras que se instalaram no território e realizam estudos em busca de tais reservas (Menezes, Morais e Carvalho 2018 *apud* ONHYM 2020).

Novamente, ratifica-se o entendimento de que a presença de empresas estrangeiras em território saaraui, como a francesa Total e a norte-ame-

ricana Kosmos, as quais possuem contratos de prospecção de petróleo com o Marrocos, além da concessão de licenças por parte da estatal petrolífera marroquina, a ONHYM, para a investigação e exploração de petróleo no Saara Ocidental, acabam por, de certa forma, legitimar a presença marroquina no território saarauí. Desde o início do conflito saarauí, verifica-se que os interesses estratégicos e geopolíticos de importantes atores externos, principalmente com o Reino do Marrocos, foram determinantes para o surgimento e a manutenção do impasse em relação à autodeterminação do Saara Ocidental (Estrada 2014).

No plano regional, a Argélia se destaca como um importante ator externo na questão do Saara Ocidental. Desde o início do conflito, os argelinos sempre se posicionaram favoráveis à autodeterminação do povo saarauí, inclusive, são os principais apoiadores da Frente POLISARIO, abrigando, ainda, os milhares de refugiados saarauís que se concentram na região de Tindouf. Cabe salientar que a Argélia possui uma rivalidade histórica com o Marrocos, especialmente relacionada às disputas territoriais, como a que motivou a *Sand War*, em 1963, além da disputa pela hegemonia política na região do Magreb. Assim sendo, a integração do Saara Ocidental pelo Marrocos representa um perigoso precedente para a questão da inviolabilidade de fronteiras, podendo até mesmo afetar a integridade do território argelino. Outro importante fator geoestratégico para a Argélia é a saída para o Oceano Atlântico, que seria possível com a independência do Saara Ocidental, facilitando sobremaneira o escoamento de sua produção de minérios através do território saarauí (Ferreira e Migon 2015).

A Espanha, potência que, teoricamente, ainda administra o Saara Ocidental, é outro destacado *player* na questão saarauí. A assinatura do Acordo de Madrid, em 1975, marcou uma mudança na postura do governo espanhol, que até aquele momento mostrava-se favorável à realização de um referendo de autodeterminação do povo saarauí (Smolarek 2013). Entretanto, em geral, a Espanha mantém uma postura bastante ambígua em relação ao conflito do Saara Ocidental. Se por um lado, no início da década de 70, posicionou-se favorável à autodeterminação saarauí, por outro tenta manter uma boa relação com o Marrocos e com a comunidade internacional, uma vez que a relação hispano-marroquina envolve questões econômicas e geoestratégicas<sup>19</sup> (Miyares 2006).

Do ponto de vista econômico, os acordos de pesca firmados pela UE com o Marrocos possuem grande importância para o setor pesqueiro espanhol. Por outro lado, a própria localização geográfica do Marrocos qualifica-o

---

19 Tradução nossa.

como um Estado importante no controle da imigração, do terrorismo e do tráfico de drogas oriundos do Norte da África. Desta forma, manter boas relações com o Marrocos é fator relevante tanto para a Espanha quanto para a UE<sup>20</sup> (Estrada 2014; Miyares 2006). Ademais, o Marrocos utiliza suas reivindicações sobre Ceuta e Melilla, territórios da Espanha localizados no Norte do Marrocos, para pressionar os espanhóis a apoiarem a demanda marroquina sobre o Saara Ocidental. Desta forma, em que pese as constantes pressões da opinião pública para o apoio à autodeterminação saarauí, a Espanha abstém-se de pressionar o Reino do Marrocos, pois poderia vir a despertar um período de instabilidade, que resultaria em graves consequências para os interesses da Espanha (Menezes, Morais e Carvalho 2018).

Ao longo de todo o conflito, a França tem se apresentado como o principal aliado do Marrocos na questão do Saara Ocidental. Desde o primeiro momento em que o reino marroquino reivindicou o território saarauí, em 1963, imediatamente após a ONU incluí-lo na lista de Territórios Não-Autônomos e pendentes de descolonização, a França apoiou a demanda marroquina, mesmo após a decisão da CIJ, em 1975<sup>21</sup> (Fuentes 2014).

Neste contexto, o apoio francês não se configura apenas como retórica, uma vez que envolve ações concretas no campo militar e econômico. O referendo no Saara Ocidental poderia desequilibrar a política interna do Marrocos, maior aliado francês no Magreb, refletindo na perda de influência francesa naquela região. Por este motivo, no decorrer do conflito, a França forneceu um substancial apoio militar ao Marrocos, com o fornecimento de armamentos e, até mesmo, com o envio de tropas francesas para lutar contra a Frente POLISARIO (Menezes, Morais e Carvalho 2018).

No campo econômico, além do aumento da dependência militar e financeira do Marrocos em relação aos franceses, convém destacar que as empresas mais importantes da França possuem inúmeros acordos comerciais com o Marrocos, especialmente aquelas atuando na área de recursos estratégicos no território saarauí, como o petróleo e o fosfato, o que demonstra que um Saara Ocidental independente é contrário aos interesses econômicos da França na região<sup>22</sup> (Fuentes 2014).

Entretanto, o maior apoio francês para a demanda marroquina em relação ao Saara Ocidental está na sua atuação junto ao Conselho de Segurança da ONU. Desde a implementação da MINURSO, em 1991, a França tem utilizado sua posição como membro permanente do CS para influenciar

20 Tradução nossa.

21 Tradução nossa.

22 Tradução nossa.

as decisões e resoluções daquela organização em favor dos interesses marroquinos (Ferreira e Migon 2015). Como exemplo dessa influência, podem ser citados os vetos franceses à inclusão da competência da MINURSO para a proteção dos direitos humanos no Saara Ocidental, tornando-a a única missão da ONU que não atua nessa área (Duarte 2016).

Outro importante ator externo na questão do Saara Ocidental é os EUA. Do ponto de vista histórico, cabe destacar que o Marrocos foi o primeiro país a reconhecer a independência dos EUA, sendo, portanto, um de seus aliados mais antigos<sup>23</sup> (Solà-Martín 2019). Além disso, é importante salientar que o conflito no Saara Ocidental nasceu em um momento geopolítico bastante peculiar: a Guerra Fria. Durante esse conflito ideológico, os EUA pautavam suas ações em acordos de segurança mútua e assistência militar com Estados geopoliticamente relevantes para os seus interesses, tentando conter a expansão do comunismo e da área de influência da URSS (Barata 2012).

Desta forma, a privilegiada localização estratégica do Marrocos, na entrada do Mar Mediterrâneo, dando acesso a uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, tornou-se uma extensão da influência estadunidense na região do Magreb. Assim, durante a Guerra Fria, o Marrocos recebeu investimentos maciços nos campos militar e econômico, provenientes dos EUA. A título de exemplo, na década de 1950, os norte-americanos instalaram, em solo marroquino, bases de lançadores de mísseis apontadas contra a URSS<sup>24</sup> (Solà-Martín 2009).

No campo econômico, salienta-se que, entre 1975 e 1990, o Marrocos recebeu mais de 1/5 do total do auxílio dos EUA para a África, sendo mais de 1 bilhão de dólares em assistência militar e 1,3 bilhões de dólares em auxílio econômico (Estrada 2014 *apud* Zoubir 2009). Nesse cenário, a URSS era, mesmo que indiretamente, mais um ator externo na questão do conflito, uma vez que todo o armamento utilizado pela Frente POLISARIO era de origem soviética, comprados pela Argélia e pela Líbia e, depois, cedidos aos saarauis, permitindo que a Frente POLISARIO tivesse um considerável arsenal bélico sem qualquer custo (Ferreira 2012).

Por esta razão, os EUA apoiaram fortemente o exército marroquino durante o confronto contra a Frente POLISARIO, oferecendo o treinamento para militares e viabilizando a venda de armamentos para equipar as tropas marroquinas, já que, no cenário da Guerra Fria, era importante para os EUA que o Marrocos mantivesse sua monarquia estável, além de assegurar que

---

23 Tradução nossa.

24 Tradução nossa.

o Saara Ocidental, intimamente ligado à Argélia e à Líbia, não se tornasse independente, devido à ameaça da expansão comunista que estaria caracterizada (Estrada 2014). Além disso, a instabilidade do governo marroquino, e da região como um todo, poderia dificultar o trânsito pelo mar Mediterrâneo, impedindo o acesso norte-americano ao Golfo Pérsico, inclusive pelo meio aéreo (López 2012).

Com o fim da Guerra Fria, a securitização do Saara Ocidental não deixou de existir, entretanto, surgiu um novo enfoque, inserido no contexto da Guerra Global ao Terror, liderada pelos EUA, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001. Assim sendo, segundo Estrada (2014) *apud* Zoubir (2008), os novos interesses estadunidenses na região do Magreb se devem a duas razões: 1) interesses econômicos e políticos, relacionados à demanda por energia (petróleo e gás natural) e a regionalização do Magreb como potencial para o mercado das corporações norte-americanas; e 2) interesses militares e de segurança, relacionados à necessidade de monitorar/ controlar questões como islamismo, terrorismo e democratização.

Nessa conjuntura da Guerra Global ao Terror, o Marrocos buscou associar a Frente POLISARIO a alguns organismos terroristas internacionais, como o Al-Qaeda Maghreb, uma “filial” do conhecido grupo terrorista que atua no Norte da África. Essa atitude marroquina visa consolidar, de forma mais intensa, a oposição norte-americana a qualquer pretensão saarai (Ferreira e Migon 2015). Finalmente, a partir da análise das ações dos principais atores externos que influenciam a solução do conflito, constata-se que a *real-politik* permeia toda a dinâmica na questão do Saara Ocidental.

## Conclusão

O presente artigo procurou abordar a dinâmica que envolve a questão saarai, buscando responder a seguinte pergunta: Quais são as principais razões que permitem que o impasse para a resolução do conflito no Saara Ocidental, que se iniciou na década de 70, perdure até os dias atuais, mesmo com o estabelecimento da MINURSO, em 1991?

Respondendo à essa questão, constatou-se que, efetivamente, o conflito no território saarai se iniciou em 1976, após a assinatura do Acordo de Madrid. O referido acordo representou, na prática, uma afronta ao princípio da autodeterminação dos povos, estabelecido pela Carta da ONU, em 1945. Além disso, observa-se que houve um evidente desrespeito ao parecer da CIJ, elaborado em 1975.

Desde o princípio do conflito, verifica-se que os interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos de importantes atores externos na região, principalmente da Espanha, França e Estados Unidos, fundamentaram a dinâmica que envolve a questão saaraui.

Além da questão territorial que deu início à pretensão marroquina pelo controle da área, a formação do “Grande Marrocos”, observa-se que o Saara Ocidental possui inúmeras riquezas naturais, as quais, por si só, materializam o interesse marroquino e de outros Estados na região. Logo, o estabelecimento de uma boa relação com o Reino do Marrocos é condição *sine qua non* para a manutenção dos interesses de grandes potências mundiais na região do Magreb.

Com relação à diplomacia empreendida pela ONU, especialmente após a implantação da MINURSO, verifica-se que a atuação dos *players* externos contribuiu para a perpetuação do impasse. Como bem pontuou Barata (2012, 151), o apoio de importantes atores geopolíticos à causa marroquina, como a França e os Estados Unidos, dois membros permanentes do CS da ONU, permitiu que, desde o início, o conflito fosse tratado apenas como um impasse relativo à autodeterminação, à qual o Marrocos se opõe devido à sua integridade territorial, baseando-se em direitos históricos, ou seja, o conflito não foi tratado como uma questão de expansão territorial agressiva. Isso implica que, na prática, a questão do Saara Ocidental remeteu para o Capítulo VI da Carta da ONU – “Solução Pacífica de Controvérsias”, fundamentada no consenso entre as partes – e não para o Capítulo VII – “Ação em Caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão” –, o que exigiria uma ação mais enérgica e efetiva por parte do CS, inclusive com a imposição, por meio de sanções ou coerção, de uma solução para o impasse.

Desta forma, embora a ONU esteja envolvida na questão desde 1991, até o presente momento, evidencia-se a incapacidade das resoluções do CS e da atuação da MINURSO para colocar em prática a realização do referendo de autodeterminação, o qual deveria ter sido conduzido em 1992, devido aos constantes impasses nas negociações. Contudo, as ações da MINURSO possuem alguns aspectos positivos, especialmente na atuação do componente militar da missão, que tem adiado a consolidação da soberania marroquina no Saara Ocidental. Neste contexto, atualmente, é lícito afirmar que a MINURSO se limita às ações de monitoramento do cessar-fogo, de redução das ameaças causadas pelas minas e engenhos falhados e de apoio à construção de medidas de confiança entre as partes e a ONU, todas elas executadas, efetivamente, pelos Observadores Militares da missão.

Finalmente, conclui-se que, na dinâmica na questão do Saara Ocidental, os interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos continuam prevalecendo sobre o respeito ao princípio da autodeterminação dos povos. Assim, a solução para o impasse permanece bastante distante.

## REFERÊNCIAS

- Barata, Maria João Ribeiro Curado. 2012. *Identidade, Autodeterminação e Relações internacionais: O Caso Do Saara Ocidental*. Dissertação (Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/256/1/TESE.pdf>.
- Daudén, Laura e Suzin, Giovana Moraes. 2011. *Nem Paz Nem Guerra: Três décadas de conflito no Saara Ocidental*. 1 ed., Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial.
- Duarte, Geraldine Rosas. 2016. “O Papel da ONU no Conflito do Saara Ocidental”. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 7, n. 33-34, p.04-15. <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/59898/36711>.
- EME. Estado-Maior do Exército. 2018. *Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército (EB20-MF-03.109)*. 5 ed., Brasil.
- Estrada, Rodrigo Duque. 2014. “Saara Ocidental: História, Geopolítica e Perspectivas da Última Colônia”. *Cadernos de Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1. [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev\\_cadri.php?strSecao=fasciculo&fas=26628&NrSecao=11](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_cadri.php?strSecao=fasciculo&fas=26628&NrSecao=11).
- \_\_\_\_\_. 2016. *Geopolítica e o conflito do Saara Ocidental: As rendas estratégicas do reino marroquino e a fabricação de terroristas do deserto. Saara Ocidental, ano 40: História, estratégias e desafios para o futuro*. <https://www.ritimo.org/Geopolitica-e-o-conflito-do-Saara-Ocidental>.
- Ferreira, Pedro. 2012. *Sahara Ocidental: persistência e interesses de Marrocos na última colônia africana*. 2012. 83 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade da Beira Interior, Covilhã. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2765?mode=simple>.
- \_\_\_\_\_. 2018. “Sahara Ocidental: conflito diplomático (1991 – 2010) e os presumíveis interesses de Marrocos”. *Revista Internacional de Estudos Africanos – Africana Studia*, Porto, v. 1, n. 29, p. 11-29.

- Ferreira, Sylvio e Migon, Eduardo. 2015. "A Estratégia de uma Guerra Esquecida: fundamentos estratégicos aplicados à questão do Saara Ocidental". *Revista Política Hoje*, Pernambuco, v. 24, n. 2, p. 193-217. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica/hoje/article/view/3727>.
- Fuentes, Angie Paola Hernández. 2014. "Análisis de la influencia de Francia y sus intereses en el conflicto del Sahara Occidental. Período 1991-2011". *RAI - Revista Análisis Internacional*, Bogotá, v. 5, n. 2, p.407-415. <https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/995/1034>.
- Hagen, Erik. 2008. "The role of natural resources in the Western Sahara conflict, and the interests involved". In *Conference on Multilateralism and International Law with Western Sahara as a case study*. Pretoria. <http://www.arso.org/HagenPretoria2008.htm>.
- ICJ. International Court of Justice. 1975. *Western Sahara, Advisory Opinion, ICJ Reports*. <https://www.icj-cij.org/files/case-related/61/061-19751016-ADV-01-00-EN.pdf>.
- Justo, Juan Carlos Gómez. 2013. "El Frente POLISARIO: La historia de un movimiento de liberación nacional vivo". *Revista Internacional de Pensamiento Político*. Sevilla, España, v. 8, p. 261-280. <https://radiba.uhu.es/dspace/handle/10272/8304>.
- López, Emiliano Gómez. 2012. *A República Saaraui, uma história de luta anticolonialista*. Espanha. <https://studylib.es/doc/8545102/a-republica-saaraui-uma-historia-de-luta-anticolonialista>.
- Menezes, Fabiano, Morais, Jéssica M. A. e Carvalho, Manoella S. M. 2018. "Saara Ocidental: A Miragem da Descolonização". *A Produção do Saber - Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos - Leopoldianum*. Santos, v. 44, n. 122. <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/issue/view/86/showToc>.
- Miyares, Águeda Mera. 2006. *Sáhara Occidental: ¿Un conflicto olvidado?* Catalunya: Institut de Drets Humans de Catalunya - Serie Conflictos Olvidados. <https://www.idhc.org/es/investigacion/publicaciones/conflictos-olvidados/serie-conflictos-olvidados-sahara-occidental.php>.
- ONHYM. 2015. Office National des Hydrocarbures et des Mines. Exploration history. <http://www.onhym.com/en/exploration-history.html>.
- Smolarek, Adriano Alberto. 2013. "Conflicto no Saara Ocidental: um país além da miragem". *Revista Conjuntura Global*, Curitiba, v. 2, n. 1, p.34-38. <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Conflicto-no-Saara-Ocidental-Um-país-além-da-miragem.pdf>.

- Solà-Martín, Andreu. 2009. "Conflict Resolution in Western Sahara". *African Journal on Conflict Resolution*, v. 9, n. 3, p. 117-140. <https://www.ajol.info/index.php/ajcr/article/view/52181>.
- Souza, Antônio e. Cardoso, Vanessa R. S. Fosfato. 2008. *Sumário Mineral Brasileiro*. Agência Nacional de Mineração. <<http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2008/fofato>>.
- UE. Conselho da União Européia. 2019. *UE-Marrocos: Conselho adota Acordo de Parceria no domínio da Pesca Sustentável*. <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2019/03/04/eu-morocco-council-adopts-sustainable-fisheries-partnership-agreement/>.
- UN. United Nations. 2015. *MINURSO Handbook*. Laayoune.

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo responder a seguinte questão: Quais são as principais razões que permitem que o impasse para a resolução do conflito no Saara Ocidental, que se iniciou na década de 70, perdure até os dias atuais, mesmo com o estabelecimento da MINURSO, em 1991? A hipótese considerada é que o impasse na resolução do conflito no Saara Ocidental perdura até os dias atuais devido a interesses político-econômicos e à ingerência/ interesse de importantes atores geopolíticos mundiais, impedindo que a diplomacia intermediada pela ONU, por meio da MINURSO, alcance o sucesso e a solução desejada. No intuito de buscar a resposta para o problema proposto, por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, inicialmente foi realizada uma análise do histórico do conflito até a implementação da MINURSO, seguida pelo detalhamento daquela missão e, por fim, abordou-se os interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos dos principais atores mundiais envolvidos na questão saarai. Na conclusão, constata-se que, desde o princípio do conflito, o envolvimento de importantes atores geopolíticos contribuiu para o início e para a manutenção do impasse ao longo dos anos, motivados, principalmente, por interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos.

## PALAVRAS-CHAVE

Saara Ocidental; MINURSO; Marrocos; Frente POLISARIO; Interesses Externos.

*Recebido em 24 de maio de 2020*

*Aceito em 30 de junho de 2020*